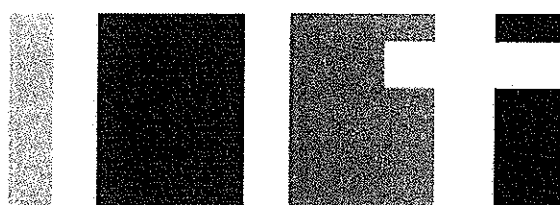


Relatório e contas 2021



MADEIRATECNOPOLO

pólo científico e tecnológico da madeira

I. ESTRUTURA DA EMPRESA - 3 -

- I.1. CAPITAL SOCIAL - 3 -
- I.2. ASSEMBLEIA-GERAL - 3 -
- I.3. CONSELHO FISCAL - 3 -
- I.4. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - 3 -
- I.5. INFRA-ESTRUTURAS - 4 -

II. GESTÃO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA - 4 -

II.1. DINAMIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO - 4 -

II.2 PLANO SECTORIAL DO MADEIRA TECNÓPOLO - 5 -

III. ACCÕES DESENVOLVIDAS - 6 -

III.1 ÁREAS CHAVE - 6 -

IV. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS - 9 -

V. EVENTOS
SUBSEQUENTES

10-

I. ESTRUTURA DA EMPRESA

I.1. Capital Social

O Madeira Tecnopolo, S.A. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, é uma sociedade Anónima, constituída em 1997, com um capital social de 4.180.447,35 euros (quatro milhões, cento e oitenta e mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos) dividido em 837.765 acções de 4,99 euros.

com a seguinte estrutura:

Accionistas	%
RAM – Região Autónoma da Madeira	95,22%
UMa – Universidade da Madeira	2,39%
AJEM – Associação de Jovens Empresários Madeirenses	2,39%

I.2. Assembleia-geral

Até Maio 2021

Dra. Sílvia Maria de Sousa Gomes da Silva Freitas - Presidente

Dra. Sara Mónica Fernandes Silva Relvas – Vice-Presidente

Sra. Isabel Santa Clara Sousa Ramos – Secretário

Após Maio 2021

Dra. Sara Mónica Fernandes Silva Relvas – Presidente

Dra. Ana Odília Figueiredo – Vice-Presidente

Dra. Vanessa Cleopatra Brito - Secretária

I.3. Conselho Fiscal

Dr. Élvio Manuel Vasconcelos Encarnação – Presidente

Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais em representação de Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda. - Fiscal

I.4. Conselho de Administração

Presidente – Dr. Luís Pedro Mota

Vice-Presidente Não-Executivo – Dr. Horácio Bento de Gouveia

Vice-Presidente Não-Executivo – Dr. Gilberto Tomás (a partir de Agosto 2021)

I.5. Infra-estruturas

O Parque Científico e Tecnológico da Madeira, situado no concelho do Funchal e ocupando uma área de 46 hectares, permite a instalação de actividades associadas ao ensino, à investigação e ao desenvolvimento empresarial, bem como a realização de actividades de natureza cultural, comercial e desportiva.

De acordo com o modelo inicial adoptado, as infra-estruturas concessionadas são património da Região Autónoma da Madeira, cabendo ao Madeira Tecnopolo, SA a responsabilidade da gestão e exploração de todo o espaço afecto e consignado ao Plano Director do Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, através do contrato de concessão de exploração celebrado com a Região Autónoma da Madeira a 20 de junho de 2003.

Continuam a subsistir algumas divergências na definição das áreas afectas ao Madeira Tecnopolo, SA, estando o Conselho de Administração empenhado na sua clarificação junto da Direção Regional do Património (DRP), com vista a uma definição final das mesmas.

II. GESTÃO DO PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA

II.1. Dinamização e exploração

A promoção e gestão do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, a prestação dos serviços de apoio necessários à sua actividade, bem como o incremento do desenvolvimento económico, científico e tecnológico na RAM, foi atribuída à sociedade Madeira Tecnopolo, SA. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, adiante abreviadamente designada por Madeira Tecnopolo, SA. a gestão, coordenação, administração e exploração do Parque de Científico e Tecnológico da Madeira, ao abrigo do disposto nas Resoluções nº 3/98 de 8 Janeiro de 1998, 251/2001 de 8 de Março de 2001 e 1454/2002 de 22 de Novembro de 2002, esta última autorizando a concessão de exploração e manutenção e aprovando a minuta do respectivo contrato, entretanto celebrado no dia 20 de Junho de 2003.

Para a dinamização do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, o Madeira Tecnopolo, SA. desenvolveu diversas actividades, nas quais se destacam a coordenação do Projecto Madeira Digital, a representação da Região Autónoma da Madeira no Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI), os projectos de demonstração e divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a promoção da Inovação e do Desenvolvimento Sustentável, Congressos, Seminários, Exposições e Salões Temáticos, Programas avançados de Formação em parceria com a UMa e o CEIM (atualmente Startup Madeira), a gestão de edifícios e serviços comuns como a limpeza, a segurança, a rede e serviços informáticos e de telecomunicações, o apoio administrativo e de secretariado, entre outros.

Nos anos de 2013 e 2014, foram transferidas um conjunto das competências do Madeira Tecnopolo para a ARDITI, como forma de dar continuidade à captação e promoção de actividades de desenvolvimento de projectos científicos.

No ano 2020, ocorreu uma pandemia que limitou todo o funcionamento da sociedade e uma melhoria da sua situação económica, impedindo o incremento dos rendimentos, nomeadamente com a realização de feiras, congressos e eventos de natureza científica, cultural e comercial. Prosseguiu a exploração comercial das naves principais, sendo que uma das naves foi afectada à instalação dos Correios de Portugal, CTT através de um contrato de arrendamento.

Por motivo da pandemia, os rendimentos relativos a feiras e congressos diminuíram face aos anos transactos.

Todavia, em 2021 com a utilização e contratualização do centro de vacinação do Funchal, os rendimentos afectos ao Pavilhão do CIFEC aumentaram face aos anos anteriores.

II.2 Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo

Com a publicação da Resolução n.º 74/2005, de 3 de fevereiro, foi deliberado proceder à elaboração de um Plano Sectorial, para que o Madeira Tecnopolo, SA. – Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, diligenciasse no sentido de transformar o Plano de Urbanização do Madeira Tecnopolo no pretendido Plano Sectorial. Foi, deste modo, iniciada a estruturação do Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo,

Nessa fase inicial de estruturação, os dados consolidados e actualizados existentes, permitiam a delimitação precisa da área a afectar ao referido Plano Sectorial, a qual, no entanto, não correspondia na íntegra à que estava definida, tanto no Plano Director Municipal do Funchal, como na delimitação da área a afectar ao Plano de Pormenor que a Câmara Municipal do Funchal estava a elaborar e cuja continuação, por se sobrepor em parte ao espaço objecto do presente Plano, deixou de ser justificável.

Foi, assim, possível libertar, com vantagem para a gestão autárquica e para os particulares envolvidos, algumas áreas que estavam bloqueadas, tanto por força da delimitação necessariamente geral do Plano Director Municipal, como da área mais abrangente que o Plano de Pormenor se propunha estudar.

O Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo ficou integrado na Zona de Investigação Científica e Tecnológica, tendo sido, entretanto, alterada a sua área de intervenção, relativamente ao Plano Director Municipal, por diversos imperativos e condicionantes do próprio Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo.

Preconiza o Plano Director Municipal do Funchal, que toda a área desta intervenção seja destinada a "equipamentos e serviços públicos e privados, vocacionados para a educação, formação e investigação científica para actividades empresariais inovadoras para a realização de feiras e exposições, bem como para actividades de lazer e colectiva". Os limites físicos do Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo são os que constam das peças anexas ao processo.

O Plano Sectorial do Madeira Tecnopolo tem actualmente uma área de intervenção aproximada de 38,125 hectares.

III. ACÇÕES DESENVOLVIDAS

III.1 Áreas Chave

Actividades desenvolvidas em 2021 e perspectivas futuras

Face à situação patente nos relatórios e contas dos últimos anos da sociedade, que traduzem de forma evidente as dificuldades financeiras vividas, reflexo da conjuntura macroeconómica nacional e regional, foram identificadas como prioritárias as seguintes áreas:

1 – Renegociação com entidades financiadoras com vista à redução dos encargos financeiros:

O contrato de reestruturação da dívida assinado entre o MT com o Banif tem a data de 04 de fevereiro de 2014, e foi assumido na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira em Novembro de 2016, mediante a assinatura de um contrato de mútuo, com um prazo de carência de um ano. Face às dificuldades financeiras ainda existentes, foi solicitado e aprovado pelo

accionista Região Autónoma da Madeira, nova prorrogação do prazo de carência por 3 anos no final do ano 2020.

Importa relevar que esta dívida da sociedade Madeira Tecnopolo é na sua maioria referente à comparticipação regional dos projectos comunitários executados desde o início da actividade da sociedade em 1999 e que era sucessivamente objecto de contratos programa com a Região. Com o PAEF, em 2012, todos esses contratos programa ficaram sem efeito e a dívida teve de ser assumida pela sociedade.

Decorrente da pandemia, a sociedade diminuiu os prejuízos na atividade de exploração corrente em 2021, sobretudo com a utilização e contratualização do centro de vacinação do Funchal no Pavilhão do CIFEC.

2 – Renegociação com fornecedores dos planos de pagamento dos valores em dívida: Este item apresentou uma evolução positiva.

Quanto à regularização de dívidas existentes desde o ano 2014, e que foram objecto de renegociação e calendarização dos pagamentos, foi possível, no final do ano 2020 cumprir com todos os planos de regularização de dívidas, continuando a amortização das mesmas. O equilíbrio e a estabilidade financeira do Madeira Tecnopolo, SA, a sua consolidação no mercado com a aposta em novos projectos de desenvolvimento económico e tecnológico na Região foram afectados pela situação pandémica.

Após injeção de capital por parte do accionista RAM no mês de Julho de 2021, a quase totalidade das dívidas a fornecedores foram pagas.

3 - Reestruturação do quadro de pessoal afecto às actividades desenvolvidas, aquisição de serviços e ocupação de espaços: Nos últimos 5 anos, ocorreu a afectação de recursos humanos do Madeira Tecnopolo, SA a outros serviços e entidades, nomeadamente ao Madeira Interactive Technologies Institute e ARDITI. No ano 2021, devido à pandemia, a maior parte dos funcionários teve de ser incluído no regime de tele-trabalho mantendo a actividade presencial, os funcionários de segurança e manutenção do edifício. Actualmente, a sociedade tem onze colaboradores, sendo três afectos ao departamento de feiras e congressos, quatro afectos ao departamento de manutenção e segurança do edifício e do Parque de Ciência e Tecnologia, dois ao departamento financeiro e dois ao departamento de secretariado.

No ano 2021, foi possível registar a ocupação a 90% dos espaços disponíveis para escritórios. Também no piso 0, a ampliação de espaços cedidos ao OOM (Observatório Oceânico da Madeira) integrado na ARDITI a que se juntam duas outras entidades privadas, permitiram uma taxa de 90% na ocupação de espaços.

4 – Contencioso Judicial:

Foi finalizado o pagamento em prestações da dívida à empresa de limpeza ISS e à empresa de jardinagem Terras do Campo. Todas as entidades de que o Madeira Tecnopolo, SA é credor, foram contactadas para saldar as suas dívidas. Muitas já tinham a sua actividade extinta. Foi atribuída a um escritório de advogados a incumbência de litigar judicialmente todas estas dívidas de clientes, desde que susceptíveis de ressarcimento.

5 – A racionalização de gastos, permitiu igualmente rever com sucesso os serviços prestados por diferentes entidades, conforme mapa seguinte:

Descrição	2020	2021	Var. 20/21
Serviços de Segurança	4 562,88 €	12 644,44 €	177%
Seguros multi-risco	2 508,80 €	2 586,56 €	3%
Responsabilidade Civil- Geral	906,20 €	951,52 €	5%
Acid. Trabalho	2 290,63 €	2 177,08 €	-5%
Evolução dos FSE's	32 088,00 €	92 525,50 €	188%

O aumento no valor dos serviços de segurança é devido a serviços de segurança no centro de vacinação do Funchal – Pavilhão CIFEC - que funcionou durante todos os dias da semana incluindo fins de semana e feriados – durante o ano 2021.

O aumento nos FSE's é devido ao pagamento de todos os valores em atraso devidos a fornecedores após injeção de capital efectuada pelo accionista RAM no mês de Julho de 2021.

6 - A recuperação do mercado de feiras, congressos e outros eventos foi afectada pela pandemia.

Nesta área e para o futuro, tendo em conta a realidade do mercado e as deficiências em termos de segurança dos espaços para a realização dos eventos, implicando um processo de aprovação, caso a caso, dos eventos a realizar, é imperioso que os accionistas ponderem a realização das obras actualmente exigidas para o licenciamento dos espaços, tendo em atenção o potencial de crescimento do sector.

Não obstante os espaços para este tipo de eventos apresentarem na Madeira baixas taxas de ocupação, a realidade do mercado aponta para o facto de muitos destes espaços alternativos se apresentarem sem custos para os organizadores dos eventos, caso os mesmos privilegiem a utilização de quartos nos hotéis contíguos aos referidos espaços.

É ainda de referir que, o Governo Regional e os seus organismos contactaram o Madeira Tecnopolo, SA. para a obtenção de propostas para realização das suas iniciativas.

No ano 2021, designadamente a partir de Março, o Pavilhão do CIFEC foi utilizado como centro de vacinação do Funchal

Seguidamente são apresentados os principais dados da atividade ao longo do ano de 2021:

Participantes 2150	Visitantes:	200000	Nº Total de Eventos 2021:		3
-----------------------	-------------	--------	------------------------------	--	---

Tipologia					
Congresso	0	Concertos	0	Outro	1
Feira	0	Cursos	0		
Trade Show	1	Seminários	1		
Cultur./Despor.	0	Reuniões	0		

Origem do Evento (Organizador)	
Regional	3
Nacional	0
Intenacional	0

Nº dias		
SALAS:	Realização	Montagem/Desmontagem
Pavilhão A	330	4
Ursa Maior	1	2
Ursa Menor	365	0

Tipologia de Eventos 2021	
Congressos	0%
Feiras	0%
Trade Show	33%
Culturais/Desportivos	0%
Concertos	0%
Cursos	0%
Seminários	33%
Reuniões	0%
Outros	33%
Total	100%

Ocupação das salas*			
	Realização	Montagem/Desmontagem	Total
Pavilhão A	90%	1%	92%
Ursa Maior	0%	1%	1%
Ursa Menor	100%	0%	100%
Média Total	64%	1%	64%

* Com base em 365 dias.

* Com base em 365 dias.

A empresa diminuiu em 2021, o prejuízo no ciclo de exploração corrente, tendo ainda afecto ao pagamento de encargos financeiros a quase totalidade do saldo de gerência reportado em final de 2020, o que tornou difícil o pagamento das prestações relativas à regularização da dívida perante fornecedores.

IV – PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Madeira Tecnopolo, S.A. encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido de 473.377,50 euros, consequência, sobretudo, do grande esforço de equilíbrio financeiro realizado, registando-se nova melhoria face a 2020, tal como havia sucedido em relação a 2019.

Importa relevar que, depois de 15 (quinze) anos de resultados negativos – desde 2004 até 2018 – a partir do ano 2019, o Madeira Tecnopolo, SA passou a ter resultados líquidos positivos, inclusivamente durante a pandemia COVID, designadamente nos anos 2020 e 2021.

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação de resultados.

Nessas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o resultado acima referido seja transferido para reservas legais.

Tendo em conta que o capital próprio é inferior a metade do capital social, conforme o disposto na lei, nomeadamente no art.º 35.º do CSC, o Conselho de Administração sugere aos accionistas que, nos termos da lei, sejam tomadas as medidas necessárias e convenientes por forma a ser regularizada a situação.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2021, as contas foram preparadas com base na óptica da continuidade das operações, princípio que o Conselho de Administração acredita não se encontrar em causa, necessitando a empresa, contudo, do suporte financeiro dos seus accionistas e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos para apoio da sua actividade.

Importa notar a intenção do accionista RAM de proceder à fusão, por incorporação, da sociedade com a PATRIRAM, conforme a Resolução Conselho de Governo n.º 1058/2021, de 21 de outubro

Funchal, 22 de abril de 2022

Demonstração Resultados 31-12-2021

613 MADEIRA TECNOPOLO SA

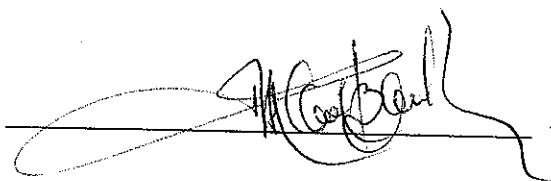
9020-105 FUNCHAL

511101570

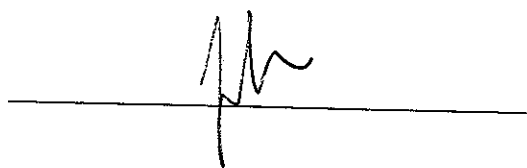
RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7/18	970.090,37	626.335,93
Fornecimentos e serviços externos	19	178.145,74	155.490,87
Gastos com o pessoal	20	356.184,95	386.216,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(81.088,43)	(26.055,75)
Outros rendimentos e ganhos	18	14.605,32	20.064,04
Outros gastos e perdas	21	23.031,73	5.192,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		508.421,70	125.556,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	21.147,18	22.724,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		487.274,52	102.832,16
Juros e gastos similares suportados	21	15,80	19,00
Resultado antes de impostos		487.258,72	102.813,16
Imposto sobre o rendimento do período	10	13.881,22	19.144,09
Resultado líquido do período		473.377,50	83.669,07

FUNCHAL, 22 de Abril de 2022

Contabilista Certificado



O Representante Legal



Balanço 31-12-2021

613 MADEIRA TECNOPOLO SA
9020-105 FUNCHAL
511101570

Anual

511101570

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	548.118,63	569.265,81
Activo corrente			
Cientes	6/11	265.374,80	98.518,86
Estado e outros entes públicos	12	72.511,93	63.900,02
Outras contas a receber	13	13.777,99	3.497,44
Diferimentos	14	5.762,29	10.033,59
Caixa e depósitos bancários	5	329.127,65	45.451,80
Total do activo ...		1.234.673,29	790.667,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	4.180.447,35	4.180.447,35
Reservas legais	15	151.987,23	68.318,16
Resultados transitados	15	(15.965.700,15)	(17.010.940,13)
Resultado líquido do período	15	473.377,50	83.669,07
Total do capital próprio...		(11.159.888,07)	(12.678.505,55)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	12.214.447,56	12.214.447,56
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4	189,30	
Passivo corrente			
Fornecedores	6/17	48.399,66	1.141.118,99
Estado e outros entes públicos	12	56.206,15	47.171,44
Outras contas a pagar	13	74.200,61	66.435,08
Diferimentos	14	1.118,08	
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo...		12.394.561,36	13.469.173,07
Total do capital próprio e do passivo ...		1.234.673,29	790.667,52

FUNCHAL, 22 de Abril de 2022

Contabilista Certificado

O Representante Legal

169196160

46390

613 -POLO CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA MADEIRA, S.A.
511101570

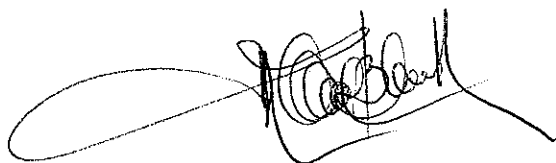
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

31-12-2021
(Método Directo)

		Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
	NOTAS	2021	2020
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes	11	966 758,57	589 759,11
Pagamentos a Fornecedores	17	(1 328 471,10)	(299 501,99)
Pagamentos ao Pessoal	19	(216 157,96)	(212 795,51)
Caixa gerada pelas operações		(577 870,49)	77 461,61
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	10	59 039,95	55 694,58
Outros recebimentos/pagamentos	13	(243 953,61)	(199 158,57)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(762 784,15)	(66 002,38)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	8		
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis	8	-	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	15	1 046 460	
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	16	-	
Juros e gastos similares	22		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 046 460,00	
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		283 675,85	(66 002,38)
Caixa e seus equivalentes no início do período		45 451,80	111 454,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	329 127,65	45 451,80

O Contabilista Certificado

Administrador / O gerente




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em euros, exceto se especificamente referido)

NOTA 1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Empresa Mãe:

Nome: RAM- Região Autónoma da Madeira

A Sociedade Pólo Científico e Tecnológico - Madeira Tecnopolo S.A., é uma Sociedade Anónima constituída em 19 de agosto de 1997 e o seu objeto social consiste no desenvolvimento, promoção e gestão do Parque Científico e Tecnológico da Madeira, a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, assim como o incremento do desenvolvimento económico, científico e tecnológico na Região Autónoma da Madeira, com sede ao Caminho da Penteada, 9020-105 Funchal, com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 511101570.

NOTA 2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCRF"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras.

A informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras reporta-se ao período findo a 31 de Dezembro de 2021 e ao ano findo a 31 de Dezembro de 2020.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3- ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no exercício corrente.

NOTA 4- PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 (data da transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até essa data, deduzido das depreciações acumuladas.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

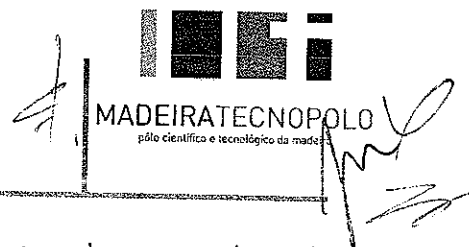
O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e as despesas necessárias à sua preparação até à condição de entrar em funcionamento.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

RELATÓRIO E CONTAS 2021



As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas legalmente estabelecidas, as quais correspondem satisfatoriamente às necessárias para reintegrar os bens durante o seu período de vida útil estimada.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	3-10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

As vidas úteis e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram nas condições necessárias à sua entrada em funcionamento/utilização. Estes ativos passam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultante da venda ou abate é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate sendo registado na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

ATIVOS INTANGÍVEIS

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Estudos e projetos	3 anos
Programas de computador	3 anos
Marcas	10 anos

RELATÓRIO E CONTAS 2021



A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 11,9% até 25 000,00 e sobre o remanescente à taxa de 14,7% sobre a matéria coletável.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais também é de 12 anos, devido ao enquadramento da Empresa como Pequena Entidade.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, (se aplicável - decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa), são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

RELATÓRIO E CONTAS 2021



Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

GASTOS/RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTOS

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 31 de Dezembro de 2021, eventos ocorridos após a data do balanço e sobre condições que existiam à data do balanço, estes eventos são ajustáveis e considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 26

4.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

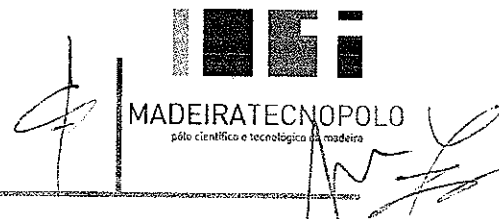
As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

RECUPERABILIDADE DE SALDOS DEVEDORES DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situ-

RELATÓRIO E CONTAS 2021



ação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Face à atual situação operacional da empresa, existe uma incerteza material quanto à sua continuidade, dependendo a mesma da definição dos seus objetivos estratégicos por parte dos acionistas.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2021 as contas foram preparadas com base na ótica da continuidade das operações, princípio que o Conselho de Administração acredita não se encontrar em causa dependendo, contudo, a ocorrência de tal facto depender do suporte financeiro dos seus acionistas e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos para apoio da sua atividade.

A Empresa foi, no início de 2015, inserida no perímetro do orçamento Regional. Assim, as garantias dos credores encontram-se mais salvaguardadas.

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

NOTA 5- FLUXOS DE CAIXA

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários:

Rubrica	31.12.2021	31.12.2020
Numerário	1.224,59	864,83
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	327.903,06	44.586,97
Disponibilidades Constantes do Balanço	329.127,65	45.451,80

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 6- PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os saldos de partes relacionadas apresentavam-se como segue:

VALORES ATIVOS

Partes relacionadas	Saldos devedores	
	31.12.2021	31.12.2020
Cientes		
GR-Secretaria Regional de educação e Recursos Humanos	0,00	0,00
AREAM- Agência Regional Energia Ambiente RAM Associação Jovens Empresário da madeira	0,00	0,00

VALORES PASSIVOS

Partes relacionadas	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores		
Uma- Universidade da Madeira	0,00	7.703,55

As Remunerações dos órgãos sociais e de gestão da empresa, ascenderam no período de 2021 a 69.180,98 €.

NOTA 7- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 as transações do ano com as partes relacionadas apresentavam-se conforme o quadro seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Prestações Serviços		
Gr- Secretaria Regional da educação	0,00	0,00
ARDITI	101.900,07	0,00
MITI	36.000,00	72.061,33
D. Reg. Património Gestão S. Part.	100.800,00	0,00
AREAM-Agência Energia A. RAM	16.509,89	0,00

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 8- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fixos tangíveis da Entidade decompõem-se como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	1.900.603,11	1.900.603,11
Equipamento básico	1.747.170,75	1.748.863,30
Equipamento administrativo	607.174,67	660.727,91
Outros ativos fixos tangíveis	869,71	869,71
	4.255.818,24	4.311.064,03
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	21.147,18	22.724,61
Abates no período	0	0
Depreciação acumulada de períodos anteriores	3.686.552,43	3.719.073,61
	3.707.699,61	3.741.798,22
Valor líquido contábilístico	548.118,63	569.265,81

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	Edifícios outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Out ativos fixos tangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 01.01.2021	1 900 603,11	1 748 863,30	660 727,91	869,71	4 311 064,03
Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições/Abates	0,00	1 692,55	53 553,24	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2021	1 900 603,11	1 747 170,75	607 174,67	869,71	4 311 064,03
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2021	1 333 971,31	1 746 973,06	659 984,14	869,71	3 741 798,22
Aumentos	19 767,16	0,00	0,00	0,00	19 767,16
Diminuições/Abates	0,00	472,50	53 393,27	0,00	53 865,77
Saldo em 31.12.2021	1 353 738,47	1 746 500,56	606 590,87	869,71	3 707 699,61
Valor líquido em 31.12.2021	546 864,64	670,19	583,80	0,00	548 118,63

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 9- ATIVOS INTANGÍVEIS

No período findo em 31 de dezembro de 2021, os ativos fixos intangíveis da Entidade decompõem-se como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
Valor Bruto		
Programas de computadores	290.351,24	290.351,24
Propriedade industrial	8.279,33	8.279,33
Estudos e projetos	11.397,53	11.397,53
	310.028,10	310.028,10
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	554,87	554,87
Correções do período	0,22	0,22
Depreciação acumulada de períodos anteriores	309.473,01	309.473,01
	310.028,10	310.028,10
Valor líquido contabilístico	0,00	0,00

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

	Programa computador	Propriedade Industrial	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 01.01.2021	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Saldo em 31.12.2021	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01.01.2021	290.351,24	8279,33	310028,10
Aumentos	-	-	-
Correções	0,22	-	-
Saldo em 31.12.2021	290.351,24	8.279,33	310.028,10
Valor líquido em 31.12.2021	-	-	-

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 10- IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO-DIFERIDOS E CORRENTES

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas(IRC) à 11,9% E 14,7% sobre o lucro tributável.

Nos anos de 2021 e 2020 o imposto corrente contabilizado, no montante de 13.881,22€ e 19.144,09€ respetivamente, corresponde ao valor estimado do imposto corrente.

NOTA 11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
Clientes		
Gerais		
Cobrança Duvidosa	265.374,80	98 518.86
	523.329,32	604 417.75
	788.704,12	702 936,61
Imparidade acumulada		
Perdas Imparidade do período		
Reversão no Período	107.144,18	26 055.75
Correções		
Perdas por imparidade período anterior	-630 473.50	-630 473.50
	-523.329,32	-604 417.75
Valor líquido contabilístico	265.374,80	98 518.86

NOTA 12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos. A decomposição do saldo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Rubrica	Saldo devedores		Saldo Credores	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre rendimento				
- imposto estimado			13.881,22	19 144.09
- retenções na fonte p/terceiros	72.497,55	63 900.00	3.641,99	
- pagamentos por conta				
Retenção na fonte	14,38			3 816.40
Imposto sobre valor acrescentado	0	0.02	27.000,56	8 614.55
Contribuições Segurança social e out				
-Segurança Social			5.816,52	5 262.20
-Caixa Geral Aposentações	0 0		5.697,57	632.23
-ADSE			118,95	118.95
-Subsistemas de saúde				
Planos pagamentos IDE			5.865,86	9 583.02
	72.511,93	63 900,02	56.206,15	47 171.44

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 13- OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica decompõe-se em:

Rubrica	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal	0.0	0.0
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros	0	0
Outros devedores		
Fornecedores	13.777,99	3.439.20
Outros devedores diversos	0	58.24
	13.777,99	3 497,44

OUTRAS CONTAS A PAGAR

Rubrica	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal		0.04
Fornecedores de Investimento		2 120.85
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	50.100,28	42.904.89
Juros a liquidar		
Outros	189,30	9 701.68
Outros credores		
Adiantamentos a projetos		
Cauções		
Outros	23.911,03	10.762.62
Clientes		945.00
	74.200,61	66.435.08

O valor da conta Remunerações a liquidar corresponde ao valor das Férias e Subsídio de férias e respetivos encargos de 2021 a pagar em 2022.

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 14- DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO		
Gastos a reconhecer		
Seguros	234,27	10 033,59
Outros	5.528,02	
	5.762,29	0,00
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer		
Circo Mariano	0,00	0,00
Outros	1.118,08	-
	1.118,08	10 033,59

NOTA 15- CAPITAL, RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Informações referentes a 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Capital próprio		
Capital realizado	4 180 447,35	4 180 447,35
Reservas legais	151.987,23	68 318,16
Resultados transitados	-15.965.700,15	-17 010 940,13
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período	473.377,50	83 669,07
Total capital próprio	-11.159.888,07	-12 678 505,55

CAPITAL REALIZADO

Em 31 de Dezembro de 2021, o capital social encontra-se representado por 837.765 ações com o valor nominal de quatro euros e noventa e nove centimos.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL PESSOAS COLETIVAS

Sócios	Valor da Participação	%
RAM-Região Autónoma da Madeira	3.980.847,35	95,22%
Universidade da Madeira	99.800,00	2,39%
Associação Jovens Empresários da Madeira	99.800,00	2,39%

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 16- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de financiamentos obtidos analisam-se como segue:

Rubrica	31.12.2021	31.12.2020
Não corrente		
Governo Regional da Madeira	12.214.447,56	12.214.447,56
	12.214.447,56	12.214.447,56
Corrente		
Suprimentos e outros mútuos		
Governo Regional da Madeira	-	-
	-	-
Total	12.214.447,56	12.214.447,56

A Região Autónoma da Madeira em 28 de outubro de 2016 assumiu a dívida vincenda relativa ao contrato de empréstimo de 4 de fevereiro de 2014 celebrado entre a Entidade e o então Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., hoje Banco Santander Totta, S.A., valor este que era do montante de 12.214.447,56, titulando – a através da celebração de um contrato de mútuo com a Empresa.

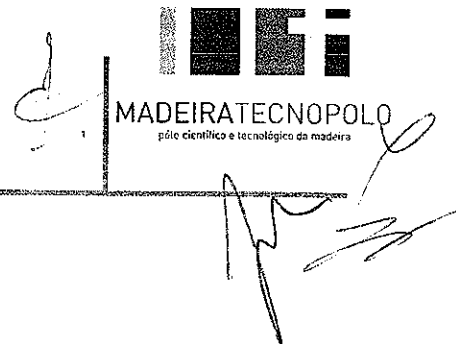
O empréstimo assinado com o GRM previa um plano de pagamentos semestrais sem juros até 2021, vencendo -se a 1ª prestação no montante de 1.357.180,84 euros no exercício de 2017, a qual não foi liquidada.

Em 6 de Março de 2018 foi autorizado a reprogramação do contrato de empréstimo celebrado entre o Governo da Região Autónoma e a Entidade, no qual o prazo de carência é alterado para três anos e o prazo de reembolso é correspondentemente ajustado em função da respetiva moratória.

No final do ano de 2020 foi solicitado ao Governo da Região Autónoma da Madeira mais três anos de carência, o qual teve despacho no dia 27 de Maio de 2021.

Durante o mês de Julho 2021 foi efetuada, por parte do Acionista RAM, uma injeção de capital, no montante de 1.046.460,00€, para efeitos de cobertura de prejuízos, com o objetivo de pagamentos das dívidas a fornecedores.

RELATÓRIO E CONTAS 2021



NOTA 17- FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os fornecedores c/c analisam-se como segue:

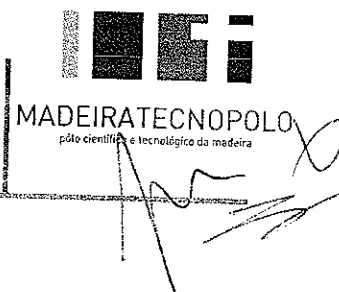
Fornecedores	31.12.2021	31.12.2020
EEM	18.074,22	926.064,02
CMF		66.624,16
Terras do Campo	5.307,00	91.263,50
Art of Sound- factoring		0
Palco Madeira- factoring	17.465,36	17.465,36
Masel	3.481,99	3 616,19
Art of Sound		
Outros	4.071,09	36.085,76
	48.399,66	1.141.118,99

NOTA 18- RÉDITO E OUTROS GANHOS

Nos períodos de 2021 e 2020 o detalhe dos réditos e outros ganhos é como segue:

	2021	2020
Prestação de serviços		
Feiras, congressos e outros eventos		0
Edifícios	317.032,33	618 180,55
Outros	653.058,04	8 013,72
Total vendas e serviços prestados	970.090,37	626.335,93
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Outros	14.605,32	20064,04
Reversões		
clientes	81.088,43	26055,75
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	0,00	19,00
	-	-
Total rendimentos e ganhos	1.065.784,12	672474,72

RELATÓRIO E CONTAS 2021



NOTA 19- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos de 2021 e 2020 o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Rubrica	2021	2020
Fornecimentos e Serviços externos		
Subcontratos	0,00	0,00
Trabalhos especializados	12.748,38	24.830,29
Vigilância	0	0
Honorários	8.522,48	2.965,84
Conservação e reparação	39.594,18	24.206,90
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros serviços especializados	0,00	0,00
Eletricidade	52.114,27	46.697,70
Água	8.290,25	6.369,75
Comunicação	5.120,96	6.161,72
Seguros	3.202,96	2.873,61
Limpeza higiene e conforto	30.492,36	29.449,57
Outros	18.059,90	11.935,49
	178.145,74	155.490,87

NOTA 20-GASTOS COM PESSOAL

Em 2021 e 2020 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

Rubrica	2021	2020
Gastos com Pessoal		
Remunerações	293.167,58	313.463,13
Encargos	53.911,42	63.878,32
Indemnizações por despedimento	0	0
Outros	9.105,95	8.874,60
	356.184,95	386.216,05

Comissão executiva:2

Funcionários:12

RELATÓRIO E CONTAS 2021

NOTA 21- OUTROS GASTOS

Em 2021 e 2020 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

	2021	2020
Gastos e Perdas		
Impostos e taxas	125,88	
Correções relativas a períodos anteriores	118,82	
Quotizações	1246,99	1.246,99
Multas e penalidades	9.680,82	3.110,67
Dividas incobráveis		
Outros não especificados	10518,13	6,51
	1365,81	4.364,17
Outos gastos de financeiros		827,86
		5.192,03
Gastos financiamentos		
Juros e outros encargos financeiros	15,80	19,00
TOTAL GASTOS	23072,25	5 211,03

NOTA 22- GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 2021 e 2020 os saldos desta rubrica analisam-se como segue:

	2021	2020
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Activos fixos tangíveis	21.147,18	22.724,61
Activos fixos intangíveis	0	0
	21.147,18	22.724,61

NOTA 23- GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2021 não existem quaisquer garantias prestadas.

NOTA 24- DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

DIVIDAS AO ESTADO

Em 31/12/2021 a empresa tem a sua situação tributária regularizada com a Autoridade Tributária.

Em 31/12/2021 a empresa tem a sua situação tributária regularizada com o Instituto de Segurança Social da Madeira.

HONORÁRIOS PELO SERVIÇO DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários referentes ao período findo a 31 de dezembro de 2021, pelos serviços de revisão legal de contas foi de 3.800.00€.

NOTA 25- PERSPETIVAS FUTURAS

Face à atual situação operacional da empresa, existe uma incerteza material quanto à sua continuidade, dependendo a mesma da definição dos seus objetivos estratégicos por parte dos acionistas.

Será de igual modo fundamental para o futuro da empresa o suporte financeiro dos seus acionistas.

NOTA 26- ACONTECIMENTOS APÓS DATA BALANÇO

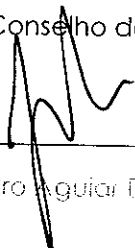
Não existem eventos após a data do Balanço.

NOTA 27- DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 22 de Abril de 2022.

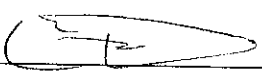
Funchal, 22 de Abril de 2022

Presidente do Conselho de Administração



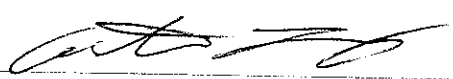
(Luís Pedro Aguiar Da Mota)

Vice-presidente do Conselho de Administração



(Horácio Miranda de Omeias Bento Gouveia)

Vice-presidente do conselho Administração



(Gilberto Santos de Azevedo Tomás)

O Contabilista Certificado N°46390



(Manuel Baptista)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.234.673,29 euros e um total de capital próprio negativo de 11.159.888,07 euros, incluindo um resultado líquido de 473.377,50 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Entidades, adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade apresenta, nas suas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2021, um valor de 546.058,91 euros relativo ao edifício “Esplanada Jardim” para o qual não obtivemos informação suficiente para concluirmos acerca da sua recuperabilidade, podendo este ativo estar com perda de imparidade, desta forma, não nos é possível concluir acerca de possíveis ajustamentos que possam ser necessários efetuar nas demonstrações financeiras da Entidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

À data de 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras apresentam um capital próprio negativo de 11.159.888,07 euros, juntamente com o descrito na nota 4.4 e 25 do Anexo, indicam a existência de uma incerteza material que pode colocar uma dúvida significativa acerca da capacidade da Entidade para prosseguir em continuidade. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na ótica da continuidade das

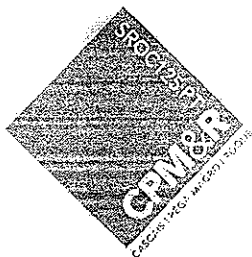
CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CNAE: 20161443 | OROCC: 125

SEDE

Edifício Atlântia II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600-001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Sotiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
4300-758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 924 | Fax: +351 271 223 925



operações, princípio que o Conselho de Administração acredita não se encontrar em causa dependendo, contudo, a ocorrência de tal facto depender do suporte financeiro dos seus acionistas e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos para apoio da sua atividade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

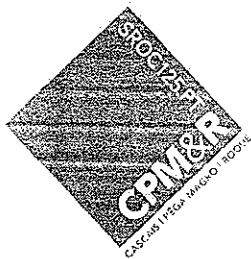
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Entidades, adotadas em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 22 de abril de 2022

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Representada por:

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265

Registado na CMVM com o n.º: 20160876

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da

POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A.

Introdução

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Entidade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração da POLO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA MADEIRA, MADEIRA TECNOPOLO, S.A., relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidade do órgão de fiscalização

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, e descritos abaixo, para verificar o cumprimento das disposições constantes no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tanto, o referido trabalho incluiu, com a periodicidade e a extensão consideradas necessárias e aplicáveis, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento da evolução da atividade e da gestão da Entidade, através dos contactos mantidos com o Conselho de Administração da Entidade e com os demais serviços, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- Reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acompanhando o desempenho da sua função;
- Verificação e acompanhamento do princípio da independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nos termos legais, em especial, verificando a adequação da prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;
- Averiguação da observância da lei e do cumprimento do contrato e estatutos da Entidade;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da Entidade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- Verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos, documentos que lhe servem de suporte;
- Acompanhamento do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas;
- Exame às demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.234.673,29 euros e um total de capital próprio negativo de 11.159.888,07 euros, incluindo um resultado líquido de 473.377,50 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Procedemos à análise do Relatório de Gestão Consolidado do exercício em referência preparado pelo Conselho de Administração e da respetiva proposta de aplicação de resultados nele incluída.

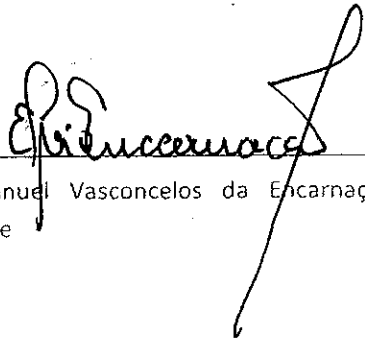
Parecer

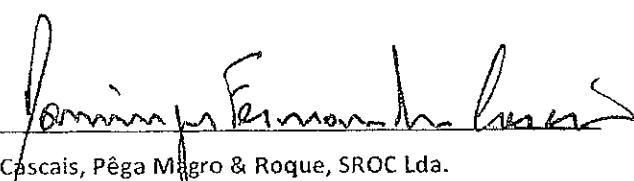
Em face do exposto, tendo em consideração o trabalho por nós desenvolvido, as informações recebidas do Conselho de Administração e dos demais serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, exprimimos a nossa concordância com os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, pelo que somos de parecer que a Assembleia Geral deve apreciar e poderá aprovar:

- o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e
- a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração, aos diversos serviços da Entidade, à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e à sua equipa o nosso apreço pela constante colaboração, que simplificou de forma significativa o exercício das funções do Conselho Fiscal.

Funchal, 22 de abril de 2022


Elvio Manuel Vasconcelos da Encarnação -
Presidente


Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Registada na CMVM sob o n.º 20161443
Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265